

Proposições do Colóquio da RP - LESTE

Grupo	Âmbitos do Desenvolvimento Urbano	Propostas
1	Uso e Ocupação do Solo e Gestão Pública	Disponibilizar assistência técnica gratuita para atender proprietários de áreas declivosas que desejam edificar.
		Constituir um modelo de planejamento para a gestão urbana, de modo que seja articulado com outros setores de atuação pública e tenha efetividade na vida da população.
		Adotar o instrumento de intervenção urbanística, EIV, na implantação de projetos habitacionais abaixo de 1.200 unidades tendo em vista que estes empreendimentos causam impactos na mobilidade e pressão sobre os serviços públicos disponíveis, resultados esses que necessitam ser previstos e mitigados nas áreas de inserção destes empreendimentos.
		Incorporar no PDP um projeto de futuro para o município.
		Construir áreas de lazer e convívio no âmbito da RP.
		Incluir no sistema de ordenamento e controle urbanístico medidas para a regularização de ocupações irregulares consolidadas e para a inibição de novas ocupações similares.
		Conduzir a atividade pública no sentido do ente municipal reapropriar das funções que lhe são pertinentes, especialmente quanto à fiscalização ambiental.
		Robustecer a atividade de planejamento, no contexto da Prefeitura.
		Integrar a atividade de planejamento com demais atividades públicas, especialmente aquelas com que tem maior interface, otimizando o atendimento do ente público municipal ao cidadão nas diversas áreas da cidade.
		Intensificar e melhorar a fiscalização da Prefeitura sobre os processos de ocupação do território, fazendo com que o poder público dê conta de proteger o que é público se valendo, para isso, de reestruturação setorial e de pedagogia continuada de orientação à população.
		Atentar para que o processo de renovação urbana não atinja, nem viole bens imóveis de interesse cultural.
		Estender a implantação de equipamentos de lazer para áreas desprovidas.
		Utilizar a lei do Plano Diretor Participativo para fortalecer a atividade de planejamento.
		Prever na lei do Plano Diretor Participativo instrumentos de intervenção urbana cuja aplicação possam gerar recursos a serem investidos no desenvolvimento urbano.
	Requalificar a RP – Leste, provendo-a de equipamentos e infraestruturas inexistentes.	
Habitação	Desenvolver ações de remoção e relocação das famílias ocupantes de áreas de risco, situadas em encostas e em margens de cursos d'água.	

		<p>Apresentar projeto de melhoria e requalificação urbanística a ser implementado nas áreas de ocupações precárias como AEIS e entornos.</p> <p>Dar maior transparência aos aportes financeiros destinados ao Fundo Municipal de Habitação, segundo suas fontes legais e possíveis de provimento, e às deduções de seus recursos.</p> <p>Exercer maior controle sobre as ocupações em encostas, executadas sem orientação técnica adequada.</p> <p>Disponibilizar serviço de acompanhamento técnico para atender a construção de moradias populares, a fim de evitar situações de risco e irregularidades.</p> <p>Relocar famílias moradoras de áreas de risco em conjuntos verticais, construídos na mesma comunidade de vizinhança, como medida de requalificação das AEIS.</p> <p>Preservar a exigência legal de realização de estudo de impacto de vizinhança para implantação de empreendimentos habitacionais populares de grande porte.</p> <p>Recuperar as áreas degradadas habilitando-as para a construção de pequenos núcleos de moradias populares.</p> <p>Recomendar no Plano Diretor Participativo formas de capitalizar o Fundo Municipal de Habitação.</p>
	Transporte e Mobilidade	<p>Repensar o sistema de transporte coletivo do ponto de vista do número e itinerários das linhas, direcionando-o para ganhos de tempo e eficiência.</p> <p>Superar o modelo de transporte coletivo segmentado e sem integração.</p> <p>Buscar fluidez no trânsito, especialmente nos eixos viários principais.</p> <p>Criar estações de transbordo em pontos comuns de convergência e concentração das linhas, evitando afluxo de grande número de coletivos para a região central.</p> <p>Apropriar e utilizar o leito da ferrovia para transporte de passageiros de alta capacidade, no caso de viabilização do contorno ferroviário.</p> <p>Redirecionar parte das linhas de ônibus que circulam pela Avenida Barão do Rio Branco para Avenida Brasil.</p> <p>Dar tratamento adequado às vias que, nos bairros, oferecem alternativas de circulação em relação às vias principais sobrecarregadas, provendo-as de passeios e desobstruindo-as de entulhos e do tráfego intenso e pesado.</p> <p>Racionalizar o transporte coletivo urbano, otimizando linhas, horários e itinerários.</p> <p>Criar linhas circulares interbairros sem que passem pelo centro da cidade.</p> <p>Prover Juiz de Fora de um projeto de futuro no âmbito de mobilidade com atenção concentrada na potencialidade da Avenida Barão do Rio Branco, na implantação das estações de transbordo e na adoção do sistema de transporte coletivo troncalizado.</p> <p>Estudar permanentemente os fluxos de circulação locais, operacionalizando medidas que visem compatibilizá-los com a circulação de pedestres.</p>
	Saneamento, Meio Ambiente e Áreas Verdes	<p>Desenvolver atuação para evitar ocupações irregulares em áreas de APP's, especialmente lindeiras aos córregos, evitando que esgotos dos imóveis sejam lançados, in natura, nos cursos d'água.</p> <p>Implantar sistema de drenagem de águas pluviais nas áreas ocupadas da RP.</p>

	<p>Prover mais áreas verdes para as regiões em que os imóveis unifamiliares estão sendo substituídos por multifamiliares, acentuando o processo de verticalização.</p>
	<p>Adotar medida de regularização das ocupações já consolidadas nas APPs de margens de córregos e de preservação das APPs que ainda se conservam intactas.</p>
	<p>Utilizar os passivos ambientais após recuperação e saneamento de áreas urbanas e ambientais para implantação de habitação de interesse social ou como áreas requalificadas de uso público.</p>
	<p>Adotar alternativas de pavimentação que possibilite ganhos na permeabilidade do solo e na amenização do clima/calor.</p>
	<p>Prever ação regulatória no Plano Diretor Participativo que dê conta de equacionar as ocupações já consolidadas em APPs urbanas.</p>
	<p>Aliar fiscalização efetiva e educação ambiental como meio de assegurar a preservação do meio ambiente.</p>
	<p>Criar cinturões de amortecimento no entorno das escassas áreas verdes, ainda existentes na cidade.</p>
	<p>Compatibilizar a recuperação dos passivos ambientais da RP - Leste com as compensações providas dos licenciamentos ambientais.</p>
	<p>Controlar a mortandade de peixes do Rio Paraibuna decorrente de efluentes resultantes da limpeza dos filtros e do reservatório da ETA da Represa Dr. João Penido.</p>
	<p>Limpar e dragar com regularidade curso d' água da RP - Córrego Matirumbide.</p>
	<p>Oferecer alternativa no âmbito da RP para finalização de entulhos de obras e outros, efetivando os pontos receptores de descargas, previstos no Plano de Resíduos da Construção Civil e evitando, assim, o abandono de rejeitos nas vias públicas.</p>
	<p>Dar efetividade às ações previstas no Plano de Saneamento.</p>
	<p>Priorizar as iniciativas que visam tratar os esgotos.</p>
	<p>Uniformizar o atendimento de limpeza urbana nas áreas periféricas informais e pobres com aquele dado às áreas centrais.</p>
	<p>Desenvolver projeto de educação ambiental nas escolas com ênfase na preservação do verde.</p>
	<p>Aplicar instrumentos extrativos tributários sobre as construções irregulares, executadas à revelia da legislação pertinente em vigor, com reversão dos recursos para a melhoria da atividade de fiscalização.</p>
	<p>Viabilizar solução para o problema de alagamentos.</p>
	<p>Oferecer incentivos tributários visando o aumento de áreas permeáveis no interior dos imóveis.</p>
	<p>Criar propostas restritivas para proteger as margens de cursos d' água e encostas da ocupação informal.</p>
	<p>Utilizar passivos ambientais recuperados, para implantação de espaços de shows e de eventos culturais.</p>
	<p>Regulamentar, em âmbito local, a utilização das APPs urbanas, criando grupo de trabalho para estudar a questão e propor medidas que coibam a cultura da ocupação imprópria nessas áreas.</p>

		Resguardar as áreas preservadas existentes da pressão que os assentamentos urbanos vem exercendo sobre elas.
		Criar medidas legais restritivas para a proteção da área do entorno do Poço D'Antas.
		Canalizar recursos oriundos da compensação ambiental para a recuperação de passivos ambientais e viabilização do seu uso público.
		Implantar as ações previstas no Plano de Resíduos da Construção Civil no que se refere à definição dos locais/estações receptoras e de processamento.
		Dar prosseguimento às iniciativas definidas no Plano Diretor de Saneamento.
		Ofertar serviço de limpeza urbana de qualidade, nas áreas periféricas.
Fonte: Colóquio da RP – Leste – Grupo 1		

Proposições do Colóquio da RP - Leste

Grupo	Âmbitos do Desenvolvimento Urbano	Propostas
2	Uso e Ocupação do Solo	Considerar para efeito das diretrizes e propostas do Plano Diretor Participativo a alta densidade, a precarização dos serviços públicos e a topografia desfavorável da RP.
		Reavaliar a pertinência dos parâmetros da lei de uso e ocupação do solo para a RP.
		Buscar a verticalização sem adensamento, com expansão da oferta de serviços e a maximização de áreas permeáveis.
		Humanizar o espaço de moradia, investindo na arborização e na multiplicação de áreas de convívio, lazer e de espaços de entretenimento.
		Trabalhar nos aspectos que desfavorecem a condição e a imagem da RP, caracterizada pela carência de equipamentos sóciocomunitários e pela concentração de unidades de encarceramento.
		Buscar equidade na distribuição dos investimentos, a fim de mitigar as diferenças internas na RP e desta em relação às demais.
		Estimular a atividade comercial nos bairros da RP.
		Compatibilizar o adensamento da RP com a disponibilização de áreas livres públicas de convívio e lazer.
		Tirar a RP do isolamento e da segregação urbana, através de investimentos públicos importantes, compensando a falta de atratividade da RP para o mercado.
		Alargar a via de acesso ao bairro Linhares, possibilitando ao seu longo o desenvolvimento de centralidade linear entre Vitorino Braga e Linhares.
		Limitar a ocupação na RP.
		Compatibilizar o modelo de ocupação da RP com áreas verdes e permeabilidade do solo, permitindo lotes maiores para moradia e desenvolvimento de agricultura familiar.
		Prover a RP de espaços públicos que possam ser utilizados para atividades de lazer e cultura, como meio de desestigmatizá-la do preconceito, já que acolhe várias unidades prisionais.
		Conter, através de fiscalização, as construções irregulares na RP, inclusive na faixa de domínio dos cursos d'água.
		Restringir possíveis incrementos da ocupação na RP, dada sua topografia desfavorável.
		Prover oferta de equipamentos sociocomunitários para a RP, minimizando sua subcondição no acesso aos serviços públicos
		Criar taxa de permeabilidade do solo a ser aplicada e exigida em todo projeto construtivo.
		Compensar as áreas desprovidas de equipamentos urbanos, como a RP Leste, contemplando-as, prioritariamente, quando da distribuição dos investimentos.
	Habitação	Mapear e monitorar as áreas de risco e ocupações irregulares com moradias vulneráveis, construídas sem suporte técnico.
		Desenvolver ações de regularização fundiária e de melhorias urbanas nas áreas de ocupação e construção irregulares.

		<p>Permitir a verticalização controlada da RP, de maneira pontual e localizada, com unidades de até 4 pavimentos, dada as limitações topográficas da RP, liberando espaços para mobilidade e circulação e para a construção de espaços de convívio, esporte, lazer, cultura e de equipamentos sociocomunitários.</p> <p>Desenvolver programas habitacionais associados à exploração da agricultura familiar, consolidando a vocação da RP.</p> <p>Possibilitar o uso comercial nos empreendimentos habitacionais destinados à RP, criando facilidades para o conjunto dos moradores e evitando seu deslocamento para o Centro da cidade.</p> <p>Privilegiar os moradores de áreas de risco da RP como potenciais usuários de programas habitacionais da faixa de 0 a 3 salários mínimos.</p> <p>Programar áreas adequadas para implantação de programas habitacionais populares.</p> <p>Acompanhar a observância dos critérios de seleção e contemplação de beneficiários no Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>Remover famílias moradoras em áreas de risco e vulneráveis.</p> <p>Estudar a infraestrutura instalada das potenciais áreas receptoras de empreendimentos habitacionais populares, optando sempre por aquelas que suprirão/absorverão satisfatoriamente o aumento de demanda decorrente do acolhimento desses empreendimentos.</p> <p>Priorizar a preservação de áreas verdes em detrimento da implantação de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.</p> <p>Desenvolver estratégias de implantação dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida junto à população beneficiada para evitar a recusa em receber ou ocupar o imóvel, tendo em vista a inadequação de localização, de qualidade das moradias e de conflitos entre grupos de beneficiados.</p>
	Transporte e Mobilidade	<p>Viabilizar a ligação da RP com a MG-353.</p> <p>Estabelecer melhor conectividade entre os bairros desta RP.</p> <p>Viabilizar o anel rodoviário Sudeste/Nordeste de Juiz de Fora, passando pela RP-Leste, permitindo maior visibilidade da RP, mobilidade e a instalação de empreendimentos industriais nas suas margens, em benefício dos moradores próximos.</p> <p>Implantar ciclovia ao longo do Córrego Yung.</p>
	Saneamento, Meio Ambiente e Áreas Verdes	<p>Garantir maior quantitativo de áreas verdes e permeáveis face ao adensamento da RP.</p> <p>Multiplicar as áreas verdes urbanas.</p> <p>Acionar os proprietários das saibreiras desativadas da RP para que adotem medidas de contenção de processos erosivos e carreamento de resíduos minerários para o córrego Yung, evitando, em consequência, o assoreamento do Rio Paraibuna.</p> <p>Aumentar as taxas de permeabilidade do solo nas áreas ocupadas da RP, mitigando a recorrência de inundações e deslizamentos de encostas.</p> <p>Viabilizar projeto de arborização urbana com plantio de espécies de pequeno porte e raízes pivotantes, associado a campanhas educativas.</p> <p>Prever áreas de permeabilidade obrigatória nos lotes e incentivos fiscais para quem as mantiver.</p> <p>Desenvolver programa de fomento à revegetação de encostas, envolvendo áreas públicas e particulares, para minimizar o assoreamento do Rio</p>

		Paraibuna.
		Monitorar encostas vulneráveis e de risco, adotando medidas de controle para casos mais críticos.
		Transformar áreas ambientalmente precárias e degradadas, como as antigas saibreiras, em parques públicos revegetados.
		Desenvolver política de saneamento, que visa o tratamento dos esgotos domésticos, carreados para os cursos d'água e para o solo.
		Redimensionar redes de captação de águas pluviais, conforme adensamento das áreas.
		Considerar como parte da despoluição do Rio Paraibuna o trabalho no mesmo sentido a ser implementado nos seus afluentes.
		Prover, respectivamente, redes públicas de esgoto e de drenagem nos bairros de Vila Alpina e São Bernardo.
		Realizar obras de contenção de encostas em Santa Rita de Cássia e na Vila Sô Neném, para evitar escorregamento de massa.
Fonte: Colóquio da RP – Leste – Grupo 2		